

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático de Política de Apoio e Desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPE) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

Sebastião de Oliveira Campos
Diretor da CNC



1º Suplente

Antônio Everton Chaves Junior
Economista
Divisão Econômica (CNC)

(Compareceu)



2º Suplente

Fábio Gomes Morand Bentes
Economista
Divisão Econômica (CNC)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 14 de maio de 2021

O objetivo do encontro foi procurar traçar um norte para os passos seguintes do Comitê Temático (CT). É uma prioridade máxima do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE), porque se pretende fazer uma entrega até o fim do ano.

A ideia é elaborar uma política viva, dinâmica, permanente e em conformidade com a realidade. Que o modelo a ser apresentado pelo CT seja possível de ser traduzido em política pública.

A apresentação feita pelo analista de Relações Institucionais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Leonardo Reis, foi inspirada em três modelos de política pública: modernização do Estado, educação especial e inovação. Estas políticas foram instituídas por decreto, e a explanação consistiu em mostrar um modelo, em trazer um esqueleto, revelar uma estrutura, uma forma que, depois, virá a ser preenchida de acordo com a evolução dos trabalhos.

Em princípio, a apresentação teria como fim desde já começar a discutir princípios, objetivos e diretrizes.

Algumas considerações foram feitas após a exposição. A empresária contábil e conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Angela Dantas se mostrou bastante interessada em compor o grupo de trabalho que irá se articular para elaborar a política nacional. Ela salientou a importância daquela reunião para o momento terrível

que as micro e pequenas empresas (MPE) estão vivendo e sofrendo, por causa do ambiente inóspito para as companhias de menor porte.

Em sua intervenção, o presidente da Associação Latinoamericana de Micro, Pequenas e Médias Empresas (AlampymeBR), Sergio Miletto, reforçou a tese de que seria importante trabalhar com os microempreendedores individuais (MEI), estruturando uma política inclusiva.

O coordenador de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (Fopeme), Mario Doria, do Fórum manifestou a ausência de outros fóruns estaduais naquele comitê. Estado Também disse que o Paraná possui uma política para as MPE.

A diretora de Apoio aos Pequenos Negócios e Cooperativismo da Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais, Eneila Loiola, se colocou à disposição para contribuir com os trabalhos do grupo.

Gerente de Empreendedorismo das Micro e Pequenas Empresas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo de Blumenau, o jornalista Carlos Braga Mueller, que foi ex-presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau (AMPE), informou que o município em Santa Catarina possui um estatuto próprio, assim como um fórum para as MPE.

Convidado para levar à reflexão o Grupo de Trabalho, bem como para trazer algumas luzes a respeito do segmento de menor porte, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Mauro Oddo, centrou sua apresentação em seu livro *Pirilampo no Porão* (2017), no qual faz um exame profundo sobre a inserção das MPE na economia brasileira, em diversos aspectos, salientando a baixa produtividade e a capacidade de inovação, entre outros fatores.

A presença do Oddo visou nortear aqueles trabalhos com a finalidade de que revelasse o ponto focal de destino dos trabalhos. Ou seja, para dizer por onde e para onde a política nacional deveria caminhar.

Segundo ele, o encontro serviria para resgatar a retomada dos trabalhos que já foram executados, mas que não sofreram avanços. Com a demanda do governo para que CT encaminhasse a política até o fim do ano, os esforços agora teriam efetividade.

Oddo começou sua apresentação citando a informalidade como algo produtivo, mas na sombra da formalidade. O pesquisador criticou a forma como os problemas brasileiros são abordados, uma vez que, na sua visão, não há bom ou ruim, certo ou errado. Para Oddo, os problemas se constituem na realidade a ser encarada, enfrentada e, se possível, modificada.

Segundo os estudos, as estatísticas mostram que as MPE são a base da economia brasileira tanto no que diz respeito ao mercado formal quanto ao informal. Para ele, 3/4 da massa trabalhadora se encontram alocadas nas MPE. Dessa forma, estas empresas formam os alicerces da estrutura produtiva nacional. Em uma linguagem metafórica, elas seriam a base, os alicerces nos quais o edifício da economia brasileira estaria apoiado. Assim sendo, as MPE possuem relevância absurda para a formação da riqueza e para a textura do tecido social.

Oddo discorreu com números sobre a produtividade das MPE e das médias e grandes empresas brasileiras e não nacionais, mostrando o fruto do resultado da transformação da força de trabalho em produto.

Ele aproveitou para conceituar a produtividade como sendo o valor adicionado/número de pessoas ocupadas. Sobre este tópico, fez comparações internacionais registrando o quão baixa é a produtividade do Brasil.

Os nortes sugeridos por Oddo para a construção da política nacional de desenvolvimento das MPE são:

- . Desenvolvimento
- . Inovação técnica e de processos
- . Aumento da produtividade
- . Superação da informalidade
- . Inclusão Socioeconômica

O pesquisador do Ipea reforçou a tese de que a inovação é essencial para o desenvolvimento do segmento das empresas de menor porte, sendo que ela poderia vir muito mais através de mudança de processos do que especialmente por tecnologia.

Oddo também enfatizou que o problema não é a educação, mas o posto de trabalho, a qualidade do emprego, a tarefa, o que é exigido do profissional. Os postos de trabalho significam e impactam a produtividade das MPE.

Ele revelou que não faltam políticas públicas no Brasil, mas o problema é que os entes federais não conversam entre si. Governo federal, estados e municípios possuem legislações que não convergem.

Na proposta da política nacional, o projeto nacional deve focar no desenvolvimento que incorpore as MPE, e ele um pensamento interessante, de que o livre mercado acontece de fato na economia informal. A formal é concentrada.

Após a aula ministrada por Oddo, começaram as manifestações dos presentes, sendo que também houve adesões por parte de algumas entidades para poder participar dos trabalhos que o CT pretende construir. Confederação Nacional da Indústria (CNI), AlampymeBR, Secretaria de Desenvolvimento e Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Conampe) foram algumas das entidades que mostraram interesse.

Por fim, o coordenador do governo federal, Henrique Reichert, que é o coordenador-geral de Inteligência em Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade, encerrou o encontro, avisando que em breve os contatos serão realizados para que os trabalhos comecem a ser desenvolvidos.